

ente



chega aos 450 anos com 196 mil habitantes e dificuldades para atender às ne-
população.

Fundação foi marco político da América

SILVIO FERNANDES LOPES

Neste 22 de janeiro de 1982, comemoram-se 450 anos da fundação da mais antiga cidade brasileira. A relevância da data, a importância histórica do evento, apesar dos nossos progressos recentes na matéria e na recuperação de documentos, ainda não parecem devidamente avaliadas e valoradas. Mesmo entre os aspirantes à Universidade brasileira, não creio que seja conhecido suficientemente o fato — e chego a prever que o índice de acertos da questão 11 de História do exame vestibular da USP deste ano, referente ao assunto, não será dos mais auspiciosos.

Lamento o fato, porque o antigo "Engenho do Governador", primeira experiência bem-sucedida do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil, foi obra da expedição colonizadora de Martin Afonso de Sousa, determinada em 1530 por d. João 3.º, e deu origem ao atual município de São Vicente, marco político-administrativo da maior relevância não para nosso País, mas para as três Américas.

Basta lembrar que a atual Câmara vicentina cita que, quando o "Mayflower" chegou à América Inglesa, desembarcando em 1622, o Brasil já tinha 90 anos de vida político-municipal — cujo núcleo inicial foi São Vicente — e os bandeirantes paulistas já tinham estabelecido a ligação direta com Belém do Pará, através do interior.

Os vereadores vicentinos lembram ainda que os ingleses do Mayflower não deixaram documento similar ao dos componentes da armada de Martin Afonso de Sousa, através do "Diário" de Pero Lopes de Souza, de 1530-32. Neste documento, um dos mais belos de nossa História, aqueles homens garantiam que vinham formar nesta terra virgem do Novo Mundo uma nova Nação.

Em 22 de janeiro, São Vicente completa quatro séculos e meio, desde que como cabeça de Capitania, como progressiva vila e cidade pujante, deitou raízes da colonização brasileira. Primeiro núcleo permanente da população no território nacional, São Vicente foi fundada em 1532 por Martin Afonso de Sousa, que presidiu as primeiras eleições populares nas Américas e instalou a primeira Câmara de Vereadores em território americano.

A preservação da memória histórica, do significado deste fato e da primeira ocupação da terra americana, da primeira e umbilical ligação entre o Novo e o Velho Mundo, me parecem da maior relevância. Como santista, vizinho portanto da "Cellula Mater da Nacionalidade", não poderia deixar de destacar a função maior de São Vicente, cidade monumento da História Pátria — título concedido em 1965 pelo presidente Castelo Branco. Núcleo legislativo da América, São Vicente, já naquela primeira Câmara trazia consigo a implantação do voto, da legislação, enfim, do direito e da liberdade, sendo marco significativo que tão dignificantes atributos sejam parte da História brasileira.

No ano passado, tive a honra de ser o orador oficial da cerimônia em que se comemoravam os 449 anos da fundação da São Vicente. Naquela oportunidade, lembrei a responsabilidade — que é de todos nós, brasileiros — de privilegiarmos este patrimônio nacional, que é a memória da instalação do "Engenho do Governador", da fundação da primeira Câmara das Américas, da fundação do primeiro núcleo populacional do Novo Mundo, da cidade que durante 177 anos foi capital da São Paulo, enfim desta experiência que viabilizou a formação do País Continente que é o Brasil de hoje.

Também naquela ocasião, lembrei porém que, a par de certo desinteresse histórico pelos fatos mencionados, pelo significado dos vestígios históricos ainda hoje resguardados (como as ruínas do Porto das Naus, antigo engenho de cana de Jerônimo Leitão, ou a Biquinha de Anchieta, junto ao Morro dos Barbos, onde o "Apóstolo do Brasil" ministrava lições aos índios da região), outros fatos de igual gravidade vêm atingindo a São Vicente atual, passados os primórdios tão favoráveis ao núcleo fundado pela expedição de Martin Afonso de Sousa.

Referia-me ao presente econômico-financeiro do município, não por culpa de seu povo valoroso ou de suas lideranças representativas, mas pelo próprio processo de desrepresentatividade do País, que tirou de São Vicente as características econômicas daquelas eras remotas do início da colonização. Assim, assistimos à transformação de sua vocação de núcleo central e produtor agrícola em monumento histórico, pólo de atração turística e estância balneária.

Se os processos de industrialização e urbanização já ocorridos protegeram a cidade de grandes danos ao meio ambiente ou à qualidade de vida, mantendo sua paisagem privilegiada, houve no entanto prejuízos para sua economia.

A tendência recente de centralização decisória atingiu São Vicente, como outras inúmeras cidades sem vocação industrial, em sua receita tributária. Isto se agravou com a reforma tributária dos anos 60, que privilegiou os municípios industrializados na distribuição do ICM. Estudos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República indicam que, já em 69, dois anos após a implantação da reforma, o esvaziamento das receitas municipais obedecia o quadro seguinte — União: 50,93%; Estados: 38,80%; municípios: 10,27%. Em 1976, esta era a posição da arrecadação — União: 76%; Estados: 22%; Municípios: 2%.

Estes números quase dispõem comentários. Hoje a situação dos municípios sem vocação industrial — como São Vicente, que praticamente não tem recursos para comemorar como desejaria os seus 450 anos de fundação — chega à beira da insolvência. É uma partilha leonina, que se transformou em um processo de lamentações — e, diante do muro, uma procissão de prefeitos, líderes comunitários, quase todos com constantes queixas das populações de baixa renda, registradas diariamente pela imprensa.

Silvio Fernandes Lopes é secretário dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo e deputado federal licenciado. Foi por duas vezes vereador e prefeito de Santos; deputado estadual; e secretário estadual de Viação e Obras Públicas, Serviços e Obras Públicas, e de Obras e do Meio Ambiente.

Biquinha.

deira
ch

ta subscrita

e Raimundo

RIO

zem de sua
ento para
cimento de
região em
tado." As-
nundo dos
icativa do
ncedido o
entino" a
aprovado
agosto do

sceu em
le 1913, é
Leodea
aldeira e
Cristina.
ou a re-
Paulo e
campo
le sua

e — do
23 de
vice-
deli-
ce-pre-
— foi
e sua
título
gran-
io em

, era
lube,
os de
indi-
pre-
stíca
ção
bro
por-
esi-
hal
elo

al-
elo
Fi-
e-
do
sm
n

l.

l.